

* 1 ABR 1993

JORNAL DA TARDE

Quarta-feira, 7-4-93

POLÍTICA

PRECISAMOS ELIMINAR O COMPONENTE ARTIFICIAL DA ESPECULAÇÃO

(Do ministro Eliseu Resende)

Governo estuda *Econ. Brasil* programa de prioridades

PRIORIDADES INCLUEM ACELERAÇÃO DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÕES E REDUÇÃO DO IPMF

O governo vai elaborar um programa de ação para definir critérios de aplicação das verbas do orçamento aprovado pelo Congresso e enviado ontem ao presidente Itamar Franco. Segundo fontes do Ministério da Fazenda, o governo vai dar prioridade à retomada do crescimento, combate à inflação e à miséria, criação de empregos e estímulo a novos investimentos. O programa de ação do governo deverá privilegiar ainda o programa de privatização. Ontem o ministro Eliseu Resende anunciou a redução da alíquota do IPMF, dependendo do sucesso do combate à sonegação (leia na página 6).

Este mês serão definidas as medidas para ampliar e agilizar o programa, com o anúncio da venda da participação minoritária da União em 1.100 empresas privadas. Os ministros da Fazenda, Eliseu Resende, e do Planejamento, Yeda Crusius, querem incluir novas estatais e suas subsidiárias na lista das empresas que já fazem parte do programa de privatização. O primeiro passo foi dado ontem

com a publicação, no Diário Oficial, de portaria do Ministério do Planejamento criando um Grupo de Trabalho que, no prazo de 20 dias, apresentará uma avaliação e propostas de alienação da participação minoritária da União.

Segundo um integrante do Grupo, a proposta é "fazer uma limpeza" no universo de 1.100 empresas privadas que têm participação acionária da União. O resultado deste estudo técnico não é propor o fim da participação minoritária da União nas empresas. "Trata-se de uma modalidade de financiamento que existe no mundo inteiro", argumentou um assessor, reforçando que o objetivo do governo é limitar a participação da União em empresas privadas. "Não se pode é continuar empregando dinheiro público em empresa que fabrica sutia", brincou um técnico.

Um levantamento preliminar admite que pelo menos 5% das 1.100 empresas já podem estar falidas. Os técnicos identificarão qual o montante da participação da União em cada uma das empresas, para relacionar as que efetivamente podem ser vendidas. A União acumulou capital minoritário em empresas privadas através do BNDES e do Banco do Brasil.